

O Plano Diretor

A elaboração de um Plano Diretor da Ocupação Territorial do Distrito Federal, que se está iniciando no âmbito interno do GDF, é algo que, a nosso ver, deveria ser objeto de ampla consulta à sociedade ou, no mínimo, deixado à deliberação da futura Assembléia Distrital. Já se viu que a visão burocrática do problema não se ajusta à realidade social, cuja dinâmica em geral tem sido negligenciada pelo estecismo, pela ditadura da forma, ideologia que preside, há muito tempo, a administração da problemática urbana do Distrito Federal. Essa cultura se formou durante os primeiros governos da cidade, emulados por um ativismo estético-político que pretendeu transformar Brasília num laboratório social. Mais tarde, diversas instituições públicas e sociais, empalmadas por ativistas ideológicos, cuidaram de dar continuidade à política de enrijecimento das estruturas urbanas, mantendo-as acima do homem. Evidentemente, isto não era nem foi viável.

O resultado é o que presenciamos hoje. Brasília se tornou uma cidade difícil, sem espaço para a liberdade. Aqui o Estado preside tudo, regula tudo, decide onde cada um vai morar e trabalhar. Ou melhor, pretende fazê-lo. A revelia do Estado, e do totalitarismo intrínseco à ideologia predominante, a sociedade vai se ajustando como pode, invariavelmente à margem da lei. Exemplo claro são os loteamentos que pipocam por todo lado sem que o poder público tenha instrumentação para coibi-los. Outro exemplo

são as ocupações ilegais de área pública por parte do comércio das entrequadras. São ilegais porque a lei é incompatível com a realidade social. Essas ocupações são uma decorrência inevitável da dinâmica da atividade comercial. Não há como evitá-las, nem é desejável evitá-las porque o modelo legal de ocupação das áreas comerciais responde a uma visão burocrática, não deixando espaço algum à liberdade.

A problemática urbana é muito mais complexa, muito mais dinâmica e muito mais criativa do que pretextaram entendê-la aqueles que a viram sob a ótica de uma prancheta ideologizada.

É preciso, de fato, rediscutir tudo, não para aumentar a pressão do Estado sobre a vida dos cidadãos, mas para compatibilizar um certo nível de organização espacial urbana com o direito dos cidadãos de viverem livremente. O fato de Brasília ser a sede do poder público não confere às autoridades o direito de impor aos cidadãos o seu gosto estético, muito menos o de fazer do gosto estético um disciplinador social. Até porque não há estética melhor do que a liberdade.

Esperamos que o GDF abra a discussão sobre o novo Plano Diretor. Será inadmissível produzi-lo endogenamente, por um grupo de iluminados, porque assim se fez no passado e não deu certo. Melhor ainda será fazê-lo mais tarde, quando Brasília houver implementado sua autonomia. Desse modo falarão sobre ela aqueles que tenham sido eleitos para fazê-lo.